



Consciência histórica e representações: aproximações e afastamentos teóricos sobre a narrativa histórica e sua instrumentalização

Eudes Fernando Leite² e Tiago Alinor Hoissa Benfica^{1*}

¹Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Rod. Dourados-Itahum, Cx. Postal 533, Km 12, 79804-970, Cidade Universitária, Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil. ²Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil.
*Autor para correspondência. E-mail: tiagoalinor@gmail.com

RESUMO. Este texto apresenta uma reflexão sobre os elementos da esfera conceitual que atribui sentido aos conceitos de consciência histórica e representações, comparando as trajetórias históricas desses conceitos. A comparação entre o conceito de consciência histórica, observado, sobretudo, nas contribuições de Jörn Rüsen, e o de representações, que aparece, principalmente, nas discussões de Roger Chartier, é estimulada por argumentos de Friedrich Nietzsche, por meio de suas críticas à ideia de consciência. Articula-se uma breve argumentação sobre a adesão à categoria de consciência histórica nos debates da área do ensino de História, no Brasil, a partir do ano 2000.

Palavras-chave: consciência histórica, representações, ensino de História.

Historical consciousness and representations: theoretical approaches and distancing on historical narrative and its instrumentation

ABSTRACT. Insights on factors in the conceptual sphere that ascribe meanings to the concepts of historical consciousness and representations are provided. The trajectories of the concepts are highlighted by various factors in the historical field. The concept of historical consciousness was mainly observed in the works of Jörn Rüsen, whereas the concept of representations appeared mostly in theoretical discussions by Roger Chartier. The comparison between the authors is underscored by arguments put forward by Friedrich Nietzsche on his critique of the idea of conscience. A brief discussion will ensue on the adhesion to the category of historical consciousness in debates within the teaching of History in Brazil since 2000.

Keywords: historical consciousness, representations, the teaching of History.

Introdução

Assistimos atualmente nas discussões e em trabalhos acadêmicos, sobretudo referentes ao ensino de História, à adesão em larga escala ao conceito/categoria ‘consciência histórica’, por meio da qual, grupos de pesquisadores buscam catalisar os trabalhos que se debruçam sobre o fenômeno da história instrumentalizada – o uso e o ensino da história.

À primeira vista, ‘consciência’ designa um saber e uma orientação para a ação, ou, um conhecimento acerca de algo. No entanto, existem 13 acepções para a palavra consciência no Dicionário Houaiss da língua portuguesa (HOUAISS et al., 2009). Em uma das acepções da palavra, encontra-se na rubrica filosofia a designação: ‘faculdade por meio da qual o ser humano se apercebe daquilo que se passa dentro dele ou em seu exterior’. Temos aqui a consciência como um saber acerca de algo, e um poder, uma ‘faculdade’ de perceber e entender. Trata-se, assim,

de um mecanismo de (re)conhecimento de um fenômeno em sua manifestação, a qual pode ser tomada de forma mais ou menos asséptica por parte do observador, que tenta, assim, construir o processo de cognição a respeito de um evento ou procedimento aparentemente natural. A consciência a respeito de um fenômeno significa despi-lo de ingerências subjetivas, tomando-o por um ângulo em que se torna possível separar o sujeito de concepções e valores considerados imperceptíveis. Por meio da historiografia de orientação francesa, especificamente dos *Annales*, percebemos pouca preocupação e pouco uso do conceito consciência no debate teórico. Nesse ambiente, geralmente, consciência é entendida como a pretensão ou um tipo de saber acerca de determinado fenômeno.

A ‘consciência’ não é uma palavra nova no campo da História e no de seu ensino. No Brasil, entre os anos 1980 e 1990, a ‘vedette’ do ensino de História era a ‘consciência crítica’ ou ‘consciência política’,

conceito ou expressão inclinada aos entendimentos marxistas, embora sua utilização não se limitasse a ideologias de esquerda. Esse conceito tinha como corolário a ideia da transformação social, atribuindo parte da tarefa de ‘mudança social’ ao papel desempenhado pela escola e pelo professor. A esquerda política buscava evidenciar a proposição do empoderamento das classes econômicas menos privilegiadas ou subalternas na acepção gramsciana, na crença iluminista do poder transformador do conhecimento histórico e, finalmente, da possível eliminação das ‘históricas’ injustiças sociais.

No Brasil, a partir do ano 2000, o conceito sobre consciência reaparece nos debates e é bem acolhido nas discussões sobre o ensino de História, desencadeando uma avalanche de publicações e eventos voltados à ‘consciência histórica’ como um conceito de orientação metodológica, ao incorporar a ‘ideia e competência narrativa’ (CERRI, 2010, p. 247). Tal ocorrência é verificada, sobretudo, nas regiões Sul e Sudeste do país. Sob o estandarte da consciência histórica, muitos objetos são atraídos para essa perspectiva¹, e não raras vezes como um elemento autoexplicativo na área do ensino de História. Essa área de saber caracteriza-se por ser uma zona fronteira e de limites mal traçados, onde se teria a História como centro, e as ‘ciências auxiliares’ como, por exemplo, a Psicologia, a Pedagogia e a Filosofia, formando assim um grupo de aliados nas estratégias de consolidação da área. Esse movimento exploratório pretende fortalecer a compreensão da prática docente, por meio do concurso de estratégias geralmente designadas como interdisciplinares.

No início do século XXI, as articulações teóricas para a palavra consciência se desprendem de acepções teleológicas, mas inclinam-se para conceitos universalistas. Rearticulado, o conceito de consciência se expande para se tornar uma categoria de sentido amplo, a consciência histórica, tendo em vista as acepções da corrente rüseniana, para atingir duas esferas: a primeira é essencialista, domínio do senso comum, pertencente ao cotidiano:

[...] a consciência histórica não é algo que os homens podem ter ou não – ela é algo universalmente humano, dada necessariamente junto com a intencionalidade da vida prática dos homens (RÜSEN, 2001, p. 78).

A segunda remete à esfera profissional da consciência histórica e se propõe a englobar a ‘operação historiográfica’ – termo este cunhado por Michel de Certeau (1982).

As proposições de Rüsen sobre a consciência histórica no/do campo científico da História objetivam organizar taxonomias – instrumentos classificatórios – sobre as formas de pensar as relações que os indivíduos fazem do passado, para viabilizar o crescimento da consciência profissional do campo. Por outro lado, Certeau pondera sobre o trabalho dos historiadores eruditos do século XVII, que utilizavam a narrativa histórica para pleitear a ascender ao patamar superior de entendimento sobre a realidade, por meio da prescrição de um tipo de ‘consciência’ hierarquizada na extração de sentidos do passado – ou seleção de símbolos. Essa racionalização sobre o simbólico e sobre os jogos de poder, que compõe parte da operação historiográfica, abre possibilidades para se produzir corolários de um discurso sobre a moral².

Afastando-se de categorias universalistas e racionalizadoras, a categoria identidade, trabalhada como espelho da categoria representações, muitas vezes, assinala intencionalidades do indivíduo ou grupo, e que acabam por tomar caminhos diferentes, justamente pelo descontrole ou falta de conhecimento para uma racionalização mais intensa no momento de se realizar escolhas para orientar as ações do cotidiano, pois, com grande ou pouco conhecimento, os indivíduos fazem suas escolhas, mediante convenções que oferecem orientações para o agir e um sentido conveniente para não despertar investimentos de energia sobre a ordem comum aos fatos.

Contudo, não existe consenso sobre como a história deve ser escrita, e muito menos como ela deve ser lida. As divergências sobre as formas da narrativa historiográfica receberam grande importância nos debates historiográficos ao logo do século XX e início do XXI. Analisaremos, a seguir, duas vertentes de narrativa histórica que marcam presença no campo histórico brasileiro, sobretudo quando são chamadas para pensar a instrumentalização da história: uma vertente mais racionalizadora, sob a égide da categoria consciência; uma vertente menos preocupada com racionalizações e classificações e, desse modo, pode ser entendida como irracional, cunhada sobre duas faces da mesma moeda: a categoria representação/identidade.

²Num texto publicado no Brasil em 2010, Rüsen apresenta formas de racionalizar a moral a partir da consciência histórica. De acordo com autor, “[...] a consciência histórica mistura ‘ser’ e ‘dever’ em uma narração significativa” (RÜSEN, 2010, p. 57). Ou seja, pressupõem uma identidade mais ou menos estável – ‘ser’ – com uma norma – ‘dever’ – que forma, mediante a narrativa histórica, a moral. Na mesma obra, Rüsen (2010) expõe uma curiosa tabela sobre os tipos de consciência histórica, o que lembra um instrumento de aferição, algo como um ‘conscienciômetro’.

¹Rüsen (2006) entende a consciência histórica como um universal antropológico também capaz de servir para análises comparativas interculturais.

A consciência histórica nas definições rüsenianas

Jörn Rüsen, historiador, filósofo e pedagogo alemão, tornou-se conhecido no Brasil por meio da publicação de sua trilogia *Teoria da História*, obra em que busca apresentar variados aspectos do processo de construção do conhecimento histórico relacionados ao debate acerca da tarefa desse saber nas esferas sociais. Para o autor,

[...] em termos acadêmicos: no estudo de história, a teoria desempenha um importante papel na 'profissionalização didática dos historiadores' [...] a teoria da história assume, pois, no campo da formação histórica, uma 'função didática de orientação' (RÜSEN, 2001, p. 49, grifos do autor).

A noção de didática ocupa um *locus* importante na obra deste autor por conta do entendimento que denota certa perspectiva pragmática e normativa a respeito da História. Essa concepção contribuiu para que a leitura de Rüsen fosse operacionalizada como um conjunto de possibilidades destinadas a dotar a História, sua produção e seu ensino, de algum valor pedagógico. Ao que tudo indica, no caso brasileiro, à noção de 'didática' – historicamente marcada por entendimentos pedagógicos – contida nas reflexões do autor em tela é tomada como uma propositura de forte valor aplicativo na perseguição da superação da crise que o ensino de História experimenta. De certa maneira é possível inferir, correndo certo risco de exagero, que as análises apresentadas na trilogia têm sido recebidas como uma dose de postulado e de alternativa para reconfigurar o lugar identitário de historiadores e professores de História.

Rüsen insere na categoria 'consciência histórica' elementos conceituais para transitar entre as exigências metódicas da disciplina história. Com a teoria da história, buscar-se-ia a 'reflexão acadêmica da natureza da história' para chegar a uma consciência profissional da história. Por meio da categoria em causa, os dividendos da consciência, na esfera profissional, podem ser utilizados para se estudar os fenômenos do pensamento histórico na vida prática, a ser refletida por meio da categoria de didática da história³ (RÜSEN, 2010, p. 38).

³Rüsen, ao definir o campo da didática da história, trabalha com a categoria identidade, mas apartando-a da práxis. A didática da história trataria do campo dos usos do conhecimento histórico pelos indivíduos: "Como o pensamento histórico pode realizar essa sua intenção na vida prática, e por força de sua constituição científica, é a questão central da 'didática' como parte sistemática integrante da teoria da história. O termo 'didática' indica que a função prática do conhecimento histórico produz efeitos no processo de aprendizado" (RÜSEN, 2007, p. 87). Entender o pensamento rüseniano é um desafio, dado na exata proporção das diversas tentativas em definir as categorias usadas pelo autor. Resta um desejo de contar as definições de consciência histórica em seus textos. Contudo, valorizamos os desafios que o autor aponta como, por exemplo, sobre o sentido e o uso do conhecimento histórico na sociedade: "Curiosamente, a didática da história ainda não debateu seriamente em que comportamento de uma pessoa se poderia identificar que ela adquiriu uma consciência histórica

Essas discussões são alimentadas pela concepção de que *a priori* todo indivíduo possui consciência histórica. A função autorreflexiva da didática da história é viabilizada através do estudo da meta-existência desse fenômeno. Cumpriria à teoria da história contribuir para o desvelamento e o refinamento do conhecimento acerca da realidade que configura a consciência histórica. Resultaria dessa operação um grau mais elaborado de consciência, entendida enquanto conhecimento a respeito de algo para, no cotidiano, requintar as orientações dos indivíduos. Essa consciência requintada, a respeito da 'consciência histórica', se manifesta pelo aparecimento da narrativa genética de sentido.

Cerri (2001), por sua vez, aponta duas acepções acerca da consciência histórica. Na primeira, especialmente em Hans-Georg Gadamer, a consciência histórica é entendida como um fenômeno moderno da cultura ocidental, isto é, datada temporalmente e recortada espacialmente. Assim, esse tipo de consciência é um 'privilegio' ou um 'fardo' do homem moderno, implicando uma tomada de consciência, um melhor contato com o passado por meio do conhecimento científico da história. Desse modo, a consciência pode ser pensada de modo dialético, pois haveria espaço para uma inconsciência sobre a história e sobre as ações humanas no tempo.

De acordo com Cerri (2001), as acepções de Rüsen são muito próximas as de Agnes Heller. O modo pelo qual a consciência histórica é teorizada, por seu nível de generalizações e taxonomias, se aproxima da ideia de 'arquetipo coletivo', algo pertencente a todo ser humano, presente na vida prática de todas as civilizações e em múltiplas temporalidades.

Por essa linha de raciocínio, o entendimento sobre a categoria consciência histórica leva-nos a uma aproximação do conceito de 'invariante antropológica', pois Rüsen afirma ser a carência de uma orientação, o motivo que leva os homens a lançarem-se à busca do conhecimento sobre o passado. Em suas palavras:

[...] esse ponto de partida instaura-se na carência humana de orientação do agir e do sofrer os efeitos das ações no tempo. A partir dessa carência é possível construir a ciência da história, ou seja, torná-la inteligível como respostas a uma questão, como solução de um problema, como satisfação (intelectual) de uma carência (de orientação) (RÜSEN, 2001, p. 30).

Partindo das carências (interesses) humanas que necessitam de orientação, "[...] os homens têm [...] de assenhorear-se do passado" (RÜSEN, 2001,

desenvolvida, enfim, que ela aprendeu história" (RÜSEN, 2007, p. 105).

p. 30). A ação de apoderar-se do passado, para que ele tenha uma pragmática racional no presente, remete às concepções de história pré-iluminista, as quais se ligam a *historia magistra vitae*.

Contudo, o debate empreendido por Rüsen busca se ancorar em elementos do giro linguístico⁴, ao ressaltar a importância da narrativa para a compreensão da história acadêmica e do pensamento histórico na vida prática, o que leva a situar a discussão também sob o paradigma narrativista. Desse modo, a consciência histórica se apropria e se aproxima em alguns momentos de critérios conceituais da discussão acerca das representações, mas preserva para si mesma certa ‘reserva de racionalidade’, isto é, quando a história influencia a “[...] opinião pública e as representações nos meios de comunicação de massa [...]” (RÜSEN, 2010, p. 32) – como se a história fosse algo bem maior do que uma opinião e ainda superior a uma forma de representação.

Partindo desse entendimento, é possível pensar que em certos momentos e em função de determinados acontecimentos, o passado – ou a história experimentada – pode alcançar um grau elevado de incômodo, de conflitos e disputas. Essa pode ser a situação da Comissão Nacional da Verdade, instalada em 2012, com a tarefa de conhecer e revelar crimes de tortura, como aqueles ocorridos durante os percursos do Regime Militar brasileiro (1964-1985). Desde antes de sua criação e ainda com sua atuação, esse colegiado vem recebendo críticas de setores autoidentificados de esquerda, assim como daqueles identificados de direita. Mas o que está em disputa não parece ser exclusivamente o conhecimento acerca dos mecanismos repressivos construídos e exercitados em período ditatorial, e sim os significados que os diversos grupos buscam impor ao acontecimento. No cerne desta demanda, encontra-se a disputa pelo reconhecimento do período em que o país esteve sob a vigência de um modo peculiar de exercício do poder, e que concentra um conjunto de ações responsáveis por marcar a história nacional. A partir das ações da Comissão, esse período emblemático da história nacional certamente merecerá novas abordagens, principalmente na perspectiva de conhecer e ressignificar os múltiplos componentes autoritários que integram a identidade nacional.

Rüsen aborda a consciência histórica como uma possibilidade de, mediante procedimentos racionais,

obter um conhecimento “[...] do que realmente aconteceu” (RÜSEN, 2009, p. 165). À memória cabe o papel da apresentação, e à consciência histórica a representação:

pode-se dizer que a memória ‘apresenta’ o passado como uma força móvel do espírito humano guiado pelos princípios do uso prático, enquanto a consciência histórica ‘representa’ o passado em um inter-relacionamento mais explícito com o presente, guiado por conceitos de mudança temporal e por reivindicações de verdade; ele reforça a especificidade temporal do passado como uma condição para sua relevância no presente. A memória é um relacionamento imediato entre passado e presente, enquanto que a consciência histórica é mediada. A memória está mais relacionada ao domínio da imaginação, a consciência histórica mais próxima da cognição. A memória está cravada no presente, a consciência histórica abre essa relação ao futuro (RÜSEN, 2009, p. 166, grifos do autor).

Paul Ricoeur (2007) e Hyden White (2001) associam a teoria da imagem como componente de análise sobre a imaginação, elemento constitutivo do trabalho do historiador. Por sua vez, Rüsen não é muito preciso quando menciona a memória, relacionada ao domínio da imaginação, como uma força de apresentação imediata. Se a memória mobiliza imagens, no lugar da coisa ausente, é também ela um modelo de representação, e o trabalho do historiador configura uma representação acerca de representações. Tratar-se-ia de um interessante e complexo processo de transposição de uma experiência, considerada enquanto realidade, para outro *lôcus* em que os sentidos empregados para rememorar são outros e distintos; a operação historiográfica, para retomar a importante contribuição de Michel de Certeau à prática historiadora, produz uma representação discursiva assentada em um campo normatizado e vigiado por pares.

Friedrich Nietzsche, ao refletir sobre a história na obra *Segunda Consideração Intempestiva* ou *Da utilidade e do inconveniente da história para a vida*, relativiza a separação entre a memória e a consciência histórica sob o ângulo da história crítica:

Mas aqui, e acolá, vencemos, apesar de tudo, e há mesmo para aqueles que lutam, para aqueles que se servem da história crítica em função da vida, uma consolação singular: saber que essa primeira natureza foi, ela também, outrora, uma segunda natureza e que toda segunda natureza vitoriosa se torna uma primeira natureza (NIETZSCHE, 2008, p. 47).

Nietzsche nos adverte que, mesmo quando a história vence a memória, ou melhor, opera a transformação de fontes, de dados e de fatos em

⁴Também conhecido como ‘virada linguística’ ou *linguistic turn*, trata-se um movimento teórico/ filosófico que passou a conceber os problemas relativos ao conhecimento como problemas de linguagem. Sua ascensão ocorreu na segunda metade do século XX. Essencialmente, tal perspectiva sugere aos estudiosos das humanidades, a história inclusive, o desafio de se pensar a construção e o lugar ocupado pelos sentidos provocados pelos textos.

história escrita, com o passar do tempo, a história tornar-se-á caduca e poderá ser concebida como uma forma de memória, por exemplo, um livro que já foi referência intelectual, obra da ciência de seu tempo, e hoje se tornou uma fonte no meio de outras para se entender o modo de pensamento do momento em que foi escrita. A trajetória histórica da história na direção de submeter a memória aos procedimentos de análise inerente ao *metier* historiográfico configura, no limite, um procedimento na direção de instituir um outro tipo de memória à sociedade.

Rüsen e seus seguidores parecem acreditar na função do conhecimento histórico em produzir consensos sobre o passado e a projetar expectativas ao futuro. Por exemplo, para a memória histórica, cabe o conceito de trauma, em que a perda e a irracionalidade do passado são processadas como “[...] estratégias culturais na superação do etnocentrismo” (RÜSEN, 2009, p. 179). O exemplo máximo de trauma social no passado alemão, chegando a produzir amnésia social, é o Holocausto, e esse fenômeno se estende a outros países europeus que sofreram a ação da política nazista.

No caso do Brasil, quais seriam os grandes traumas coletivos da Nação para serem tratados pela consciência histórica? Para exemplificar, podemos elencar dois: a escravidão – indígena e negra – e a ditadura militar. Há consensos no Brasil quanto aos julgamentos morais com relação a esses dois fenômenos? Quais são os mecanismos operados para se eleger um trauma histórico? A resposta a essa dúvida não é simples, na medida em que consideramos que a elaboração de consensos, na sociedade brasileira, tem resultado na manutenção de privilégios de nossas elites, as quais sempre operam de forma pragmática, especialmente quando torcem os chamados valores humanistas em benefício de si mesmas. Nesse sentido e, de forma irônica, o reconhecimento de fenômenos históricos que produziram marcas negativas em nossa sociedade resulta de concessões ou cooptação de segmentos sociais, em busca da manutenção de certa ordem social.

A escolha de uma ‘questão-trauma’ passa por variados momentos, os quais envolvem relações de poder e padrões ético-morais inerentes a uma sociedade ou a uma nação. Se o nazismo foi tomado como um evento símbolo em relação à ética civilizacional, ele assim se estabeleceu em função de movimentos intestinos à sociedade europeia e de outras nações que foram afetadas pelo impacto que a guerra produziu, especialmente com as implicações provocadas pelo Holocausto. Por ter sido uma prática política que durante bom tempo recebeu

apoio da sociedade alemã, não é absolutamente incoerente afirmar que o nazismo, e também o fascismo, contaram com o apoio e aceitação de significativos estratos sociais na Alemanha e na Itália, principalmente, e que esta política apresentava roupagens de algum tipo de consciência histórica, ainda que ela tenha sido severamente condenada em sua essência e em sua prática.

Em relação ao Brasil, o fenômeno da escravidão é tido como uma ‘vergonha’ ao passado brasileiro. Existem olhares sobre essa ‘experiência’ como uma necessidade de uma sociedade específica no tempo e, dessa forma, pontuam que o Brasil de hoje não é o Brasil do século XIX ou de séculos anteriores. Mas, o debate é tensionado quando se propõe políticas de reparações aos descendentes de escravos, exatamente quando o perdão exige a reparação. Poderíamos ainda buscar argumentos, destacando a existência de uma cultura senhorial em nosso presente, como a manutenção de argumentos e práticas que justificam o trabalho escravo ou análogo a essa condição, seja no campo, seja na cidade, em piadas racistas e, ainda no século XX, em discursos sobre pioneiros, heróis que disputaram e espoliaram terras indígenas e não demonstram qualquer sinal de arrependimento em nome do ‘progresso cultural dos atrasados’ – os indígenas – e do progresso econômico dos empresários rurais⁵ que se confunde com o desenvolvimento capitalista nacional.

Com relação ao passado traumático mais recente da sociedade brasileira, a ditadura militar, os conflitos quanto à memória e o julgamento moral são ainda mais latentes. Nesse caso, está o reconhecimento de se estabelecer ou não um acordo social, entre pedir perdão sobre um passado, e se existe ou não culpados a serem claramente identificados. Ao tentar garantir o entendimento de que no contexto anterior ao Golpe de Estado e durante a vigência da Ditadura, estiveram envolvidos ‘dois lados’ no evento, os setores mais conservadores explicitam o grau de envolvimento e aceitação do emprego de práticas autoritárias, subvertendo inclusive os pressupostos da democracia liberal. Essa situação pode ser entendida como a manifestação de um tipo de consciência histórica? Certo é que não observamos consenso junto à questão, mas discursos

⁵No momento em que realizamos ajustes neste artigo, o impacto decorrente dos movimentos de reocupação de áreas tradicionais indígenas, especificamente dos Terena, no município de Sidrolândia, em Mato Grosso do Sul, provoca o incômodo advindo de uma compreensão da historicidade da formação da identidade nacional brasileira. Ao lançar o olhar sobre jornais impressos, telejornais e em conversas nos variados espaços públicos – e talvez nos privados – as posições de condenação e repúdio aos indígenas são explícitas e envoltas em sugestões de extermínio étnico. Disso, emerge a constatação de que a noção de consciência histórica, sustentada pelo viés iluminista é questionável; se aceitarmos a possibilidade da aplicação deste conceito, será melhor colocá-lo no plural, abandonando a crença na permanência de uma prática e de uma compreensão homogênea, comum e absoluta em relação ao passado que mantém um diálogo fremente com o contemporâneo.

que se articulam numa luta por representação, articulando capital simbólico, cujo substrato se converte na manutenção – ou quiçá contra manutenção – do capital econômico.

Sobre os fenômenos da escravidão e o extermínio ou conquista dos indígenas, são acontecimentos instalados numa temporalidade mais extensa e que se preservaram – existem traços dessa permanência – ao longo do tempo a partir de mudanças operadas pelos atores neles envolvidos. Já a Ditadura Militar é um acontecimento mais recente, mas relacionado a outros acontecimentos políticos anteriores em que a solução militar se manifestou. No caso da escravidão, verifica-se a priori uma condenação por parte da sociedade, o que sugeriria um consenso a respeito da prática, desde que não seja colocado em discussão o legado escravocrata e a necessidade de construção de políticas reparatórias. Estaríamos frente à noção do perdão cristão, mas distante da ação política em favor de reposicionamento das relações sociais. Em boa medida, essa situação se verifica a respeito da presença da chamada ‘questão indígena’ na pauta política da sociedade, dos governos e do Estado Nacional.

As discussões que cercaram a criação e a implantação da Comissão Nacional da Verdade revelaram os múltiplos significados que a Ditadura Militar adquiriu no imaginário nacional. Um dos argumentos contrários à implantação da Comissão é o de que ela se prestaria a investigar somente um dos lados do processo repressivo, o que indica em essência de que a concepção do Estado de Direito é algo ainda muito estranho ao cotidiano brasileiro. A possibilidade de identificar e localizar indícios da máquina repressiva construída e largamente utilizada ‘nos anos de chumbo’ provocou mal-estar em diversos segmentos sociais, trazendo à tona o grau de cumplicidade que tais setores possuem em relação às práticas autoritárias na história do país.

Os traumas do passado brasileiro assinalam a disputa pela memória coletiva. A capacidade de buscar significados para um mesmo evento histórico mostra limites e irracionalidades sobre o pensamento histórico, veiculados por ideologias que concorrem pelo poder político contemporâneo. Esse debate toca a ideia de realidade, de verdade e de história, e a forma de se pensar o fato histórico:

Pois também os fatos são condicionados pelo julgamento, no contexto histórico. Se Luís XVI – para citarmos Gentz – foi assassinado, executado ou só punido, essa é a questão que interessa a história, e não o ‘fato’ de que uma lâmina de guilhotina separou-lhe a cabeça e o tronco (KOSELLECK, 2006, p. 185, grifo do autor).

Em acordo com a observação de Koselleck, a descrição e a nomenclatura do fato histórico não isenta o historiador de conferir sentidos e pode, inconscientemente, induzir a julgamento moral à representação do passado histórico, mesmo na fase de seleção e classificação das fontes. Desse modo, o discurso da consciência não pode encobrir a inconsciência de um dado do passado? Ou então, as múltiplas racionalidades encontradas num fato histórico não expõem a irracionalidade da história, já que a ideologia só pode ser julgada no campo ideológico? É possível pensar a existência de uma consciência apartada de seus antecedentes históricos?

As representações

Chartier (2011a) e Ricoeur (2007) compartilham com Louis Marin⁶ o significado de representação:

[...] toda representação *representa* alguma coisa; dimensão ‘reflexiva’ ou opacidade enunciativa, toda representação *se apresenta* representando alguma coisa (CHARTIER, 2011b, p. 281, grifos do autor).

De tal modo, a noção de representação

[...] ajuda os historiadores a se desligarem de sua ‘bem fraca ideia do real’ como escrevia Foucault, colocando em destaque a força das representações, sejam elas interiorizadas ou objetivas. Elas não são simples imagens, verídicas ou enganosas, de uma realidade que lhes seria exterior. Possuem uma energia própria que convence que o mundo, ou o passado, é realmente o que elas dizem que é. Produzidas em suas diferenças pelas desigualdades que fraturam as sociedades, as representações, por sua vez, as produzem e as reproduzem (CHARTIER, 2011b, p. 281, grifo do autor).

A noção atual de representação (MOSCOVICI, 2009)⁷ partilha elementos das antigas definições do termo. Chartier (2011b) identifica duas famílias de sentido da palavra no Dicionário da língua francesa publicado por Furetière em 1690. A primeira remete à ideia e à memória dos objetos ausentes e que nos apresenta tais como são.

A representação nos permite ver o ‘objeto ausente’ (coisa, conceito ou pessoa), substituindo-o por uma ‘imagem’ capaz de representá-lo adequadamente (CHARTIER, 2011b, p. 17, grifos do autor).

⁶A apropriação das reflexões de Louis Marin foi realizada por Chartier (2011) e Ricoeur (2007), e não pelos autores que escreveram este texto.

⁷Para Moscovici (2009, p. 41), “Representações, obviamente, não são criadas por um indivíduo isoladamente. Uma vez criadas, contudo, elas adquirem uma vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem.” Apontados os processos de ‘fabricação da representação’, Moscovici afirma intuir que “[...] a finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não-familiar, ou a própria não familiaridade” (MOSCOVICI, 2009, p. 54).

Nesse entendimento, representar algo tem a ideia de ‘substituir’ com uma imagem a coisa ausente, ou seja, a dimensão ‘transitiva’. O segundo sentido carrega a ideia de “[...] demonstração de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa” (CHARTIER, 2011b, p. 17). Essa segunda definição implica a unidade do referente à sua imagem, a dimensão ‘reflexiva’ em que o personagem presente assume a identidade do outro; a exibição – da representação – ‘simula’ uma presença.

A primeira noção de representação chamou atenção da teoria representacional do signo, pois a articulação de imagens adentra a categoria poder, o que Louis Marin identificou como a eficácia social da imagem: “[...] a imagem é ao mesmo tempo o instrumento da força, o meio da potência e sua constituição enquanto poder” (apud RICOUER, 2007, p. 244).

Mediante a utilização do conceito representações, a história cultural pôde debruçar-se sobre a descrição de processos de significação e de manipulação do poder, tornando possível reflexão sobre uma teoria da dominação simbólica. Com Michel Foucault, o poder foi discutido não na forma de patrimônio do Estado, mas de modo pulverizado e presente em lugares sociais distintos entre si. A sociedade passa a ser pensada como manifestação das disputas de poder. Nesse sentido, a história cultural diminui as pretensões de encontrar a ‘moral da história’ capaz de orientar a vida prática, como na *historia magistra vitae*. O conhecimento histórico, segundo as discussões levantadas por Pierre Bourdieu (2003), passa a ser entendido como uma espécie de capital: intelectual ou cultural. O uso a se fazer desse capital pelo indivíduo não é estipulado pela epistemologia da história, mas adentra-se ao campo político/ideológico – ou moral, ambiente construído na fricção social, ou seja, nas relações sociais ambientadas nas práticas.

As investigações historiográficas foram capazes de produzir variadas significações sobre a história, forjando, assim, múltiplas possibilidades de consumo desse conhecimento. Essa diversidade de significados implica numa redução da capacidade racional da história ao buscar um sentido prático, pois, como poderia haver consciência mediante o choque de consciências que, no nível simbólico, disputam entre si o ordenamento do social, mediante o amparo da plausibilidade ideológica dos argumentos? Se se espera que os homens tenham de agir racionalmente, podem-se encontrar múltiplas racionalidades, e a questão do relativismo atrapalha as intenções iluministas da história, como atesta Chartier:

Nossa obrigação não é mais reconstruir a história, como exigia um mundo duas vezes em ruínas, mas compreender melhor e aceitar que os historiadores não têm mais o monopólio das representações do passado. As insurreições da memória bem como as seduções da ficção competem duramente com eles (CHARTIER, 2011b, p. 256).

Acreditamos que falar em consciência histórica aproxima acepções de uma concepção moderna de sujeito autocentrado, capaz de conhecer o real ‘tal como ele é’. Ao encontrar a ‘verdadeira’ história, ou ao apontar o melhor sentido dos fatos, ocultam-se as apropriações divergentes do real que são postas no jogo social, limitam-se as opções de escolhas que existem ou existiram na vida prática. Ao mesmo tempo, espera-se que a história esteja dotada de um poder quase onisciente, capaz de transcender às mediações epistemológicas e isolar-se de sua própria historicidade. Nesse sentido, a representação entende a realidade como fenômeno sempre limitado e mediatizada pela linguagem, pelas condições históricas e sociais em que se encontram os indivíduos, e pelo lugar social em que é reconhecida.

Reinhart Koselleck discute esse ‘real histórico’ e as pretensões de trabalhar com a verdade que a história advoga:

Todo evento investigado e representado historicamente nutre-se da ficção do factual, mas a realidade propriamente dita já não pode mais ser apreendida. Com isso não se quer dizer que o evento histórico seja estabelecido sem cuidado ou de maneira arbitrária, uma vez que o controle das fontes assegura a exclusão daquilo que não deve ser dito. Mas esse mesmo controle não prescreve aquilo que pode ser dito. Pode-se considerar que o historiador, de um ponto de vista negativo, está sujeito pelos testemunhos da realidade passada. Por outro lado, de um modo positivo, quando interpreta um evento a partir das fontes, ele se aproxima daquele narrador literário que se submete à ficção contida nos fatos para tornar mais verossímil a sua narrativa (KOSELLECK, 2006, p. 141).

Observamos que Koselleck trabalha com uma verdade constituída em forma dialética. No trabalho de definição sobre o real, as fontes têm um ponto de vista negativo, (de)limitando as formas de realidade porque provoca um cerceamento nos movimentos (re)criativos do historiador. Nessa linha de raciocínio, pode-se tomar a história como consumidora de conceitos, uma ciência que testa nas fontes as proposições conceituais de outras ciências, procedendo, desta forma, a uma ressignificação das ferramentas conceituais que se prestam à pragmática historiadora. Assim, a história é, de um lado, uma

‘ciência negativa’. O lado positivo da história estaria na capacidade de rerepresentar as fontes de modo mais verossímil ao leitor, movimento revelador dos procedimentos organizadores de uma forma de entender e explicar o passado, algo que transforma o historiador no inventor do passado.

A partir dos anos 1980, os *Annales* privilegiaram investigações em microescala, tornando possível perceber “[...] estratégias aleatórias, nas quais são valorizados conflitos e negociações, sob o signo da incerteza” (RICOEUR, 2007, p. 230). A micro-história, que observa os indivíduos em sua singularidade, amplia o foco da complexidade “[...] entre a pressão exercida por modelos de comportamento percebidos como dominantes e a recepção, ou melhor, a apropriação” (RICOEUR, 2007, p. 230). Conceitos binários como força/fraqueza, autoridade/resistência – e por que não consciência/inconsciência? – são substituídos por circulação, negociação e apropriação.

Quanto ao conceito consciência histórica, quando Rüsen diminui a importância da imaginação, este ato implica epistemologicamente um afastamento da ideia de representação. Podemos tomar como exemplo um trabalho de Oliveira (2007) sobre o sufixo nominalizador ‘-ção’ para compreender a palavra imaginação. A morfologia da palavra imaginação denota a articulação de imagens como “[...] o resultado da ação ou da agentividade” (OLIVEIRA, 2007, p. 9). Observamos também duas definições de imaginação contidas no dicionário Houaiss (2009): ‘faculdade que possui o espírito de representar imagens’ e ‘capacidade de evocar imagens de objetos anteriormente percebidos’. Entendemos existir uma homologia entre as palavras imaginação e representação, pois o ato representacional inclui a manipulação de imagens e, por consequência, não existe representação sem a capacidade de imaginar. Em decorrência, a representação induz processos de racionalização, calçada por estratégias e técnicas de linguagem na produção de signos, mas não encerra metricamente as possibilidades das lutas por representação e dos limites do pensamento histórico sobre a realidade que lhe escapa, seja ela presente ou passada.

Nesse sentido, White (2001) considera que a capacidade cognitiva ou racionalizadora da história insere-se também nas formas explicativas em que historiador manipula as imagens do passado, mediante a articulação de metáforas no trabalho de narração do texto. White, ao parafrasear Burckhardt, nota que

[...] toda tentativa de dar forma ao mundo, toda afirmação humana, estava tragicamente fadada ao fracasso, mas que a afirmação individual alcançava o seu valor quando conseguia impor ao caos do mundo uma forma transitória (WHITE, 2001, p. 57).

O que Burckhardt descreve é o papel da representação historiadora, a prática discursiva do historiador enquanto ato demiúrgico. Pensado a partir da consciência, o discurso histórico ao ser superado passará, nesse âmbito, a ser entendido como portador de certa inconsciência ou desenhado por uma consciência enfraquecida.

A preocupação com o resultado da ‘operação historiográfica’ toca diretamente no resultado do trabalho do historiador, cujo formato final é um texto, o historiográfico. Da fonte histórica, passando pela interpretação e (re)organização intelectual do que se ‘descobriu’, até a construção da narrativa historiográfica, o investigador do passado realizou um complexo de travessia em que tratou com mortos e suas expressões que permaneceram. O texto historiográfico estabelecido guarda aproximações e distanciamentos com seus congêneres literários, ainda que reivindique um grau de autoridade mais elevado, respaldado por seus compromissos epistemológicos (FERNANDES; LEITE, 2010).

Cabe destacar que, entre os partidários de Rüsen, o termo consciência não é trabalhado de forma dialética⁸, ou seja, pensado em relação à inconsciência histórica. De modo oposto, no século XIX, Friedrich Nietzsche fez profundas críticas com relação à consciência histórica e mesmo à ideia de consciência, ao refletir sobre as possibilidades e as limitações da linguagem: “[...] não são as coisas que penetram na consciência, mas a maneira como nos relacionamos com elas, o *pithanon*. A essência plena das coisas nunca é apreendida” (NIETZSCHE, 1872, apud LOPES, 2006, p. 56).

Por meio do aprofundamento dos estudos sobre a linguagem, particularmente a narrativa, os historiadores se aperceberam que os fatos não existem isoladamente, e que possuem ligações objetivas e importância relativa. O conhecimento sobre a narração histórica foi enriquecido por ferramentas analíticas provenientes da literatura, como o conceito de intriga, demonstrando as operações de ligação entre os fatos definidos como históricos e o que se escreve sobre eles. Para Veyne, “[...] a palavra intriga tem a vantagem de lembrar que aquilo que o historiador estuda é tão humano

⁸Existe outra possibilidade de se pensar a consciência histórica. Ricoeur (1994) se apropria das polaridades ‘espaço de experiência’ e ‘horizonte de expectativa’, de Koselleck, para caracterizar em forma dialética a ‘consciência histórica’. Nessa categoria, Ricoeur associam-se os conceitos de memória e esquecimento.

como um drama ou um romance” (VEYNE, 2008, p. 42). Já Ricoeur aproxima-se de White na segunda tipologia das intrigas sobre os aspectos cognitivos da narrativa, na qual “[...] a noção de argumento é considerada mais em sua capacidade persuasiva do que na demonstrativa propriamente dita” (RICOEUR, 2007, p. 264). Ao historiador, de acordo com Nietzsche, “[...] cabe sondar na imaginação os acontecimentos, ligar os detalhes para com eles formar um conjunto [...]” (NIETZSCHE, 2008, p. 73), a visão sinóptica da representação historiadora. Nietzsche radicaliza também uma cara noção à história, a objetividade:

Os historiadores ingênuos chamam ‘objetividade’ o hábito de medir as opiniões e as ações passadas com as opiniões que têm livre curso no momento em que escrevem. É ali que encontram o cânone de todas as verdades. Seu trabalho consiste em adaptar o passado à trivialidade atual. Em contrapartida, chama ‘subjativa’ toda forma de escrever a história que não considera como canônicas essas opiniões populares (NIETZSCHE, 2008, p. 73, grifos do autor).

Nietzsche busca ainda tracejar a capacidade orientadora e racionalizadora da história, o que não implica considerá-la como irracional, mas sim demonstrar os múltiplos usos que o pensamento histórico ou a consciência histórica pode ter na vida prática, com relações mutuamente excludentes, mas racionais de acordo com a capacidade de convencimento. As provocações desse filósofo se prestam a colaborar para pensar o procedimento do historiador, quando se considera o saber sobre o passado estabelecido, no formato textual, e a esse conhecimento são atribuídos valores considerados inatos ou pertinentes à suposta essência modificadora do conhecimento. Verifica-se aí certo desprezo pela historicidade da história, atribuindo-lhe tarefas pedagógicas ou civilizadoras tal qual se tratasse de um fenômeno deslindado de uma conjuntura na qual se trabalha, de um lado, as informações sobre o passado e, de outro, um ser dotado de sapiência independente de sua própria existencialidade.

Diferentemente de Rüsen, para Veyne, a consciência ignora a história, pois o conhecimento histórico exige uma elaboração intelectual, sendo “[...] uma noção livresca e não existencial; [ele] é a organização da inteligência de dados que se reportam a uma temporalidade” (VEYNE, 2008, p. 86). Os homens, ao planejarem suas ações tendo como referência as experiências – naturalmente pretéritas –,

[...] o conhecimento desse tempo permanece-lhes estranho, porque a ação não engloba o conhecimento do passado e não tem tampouco o uso desse conhecimento (VEYNE, 2008, p. 87).

Nessa abordagem historiográfica, todos os conceitos universalistas são postos em suspeição, inclusive a ideia de humanidade que, quando posta ao longo dos séculos, apresenta-se culturalmente embaraçosa por meio de padrões universais. A seguir, novamente, Veyne trata com a ideia de consciência:

Pensamos normalmente por clichês, por generalidades, e é por isso que os discursos permanecem ‘inconscientes’ para nós, escapam ao nosso olhar. [...] A cada época, os contemporâneos estão, portanto, tão encerrados em discursos como em aquários falsamente transparentes, e ignoram que aquários são esses e até mesmo o fato de que há um (VEYNE, 2011, p. 24 e 25, grifo do autor).

Muitas das concepções de Veyne, Ricoeur e White ligam-se às concepções de Nietzsche com relação às reflexões sobre o conhecimento histórico: “[...] toda ação exige esquecimento, como todo organismo necessita, não somente de luz, mas também de escuridão” (NIETZSCHE, 2008, p. 21). Nietzsche não é inimigo da consciência e tampouco a descarta, mas a coloca em suspeição:

A serenidade, a boa consciência, a atividade alegre, a confiança no futuro – tudo isso depende, no indivíduo como no povo, da existência de uma linha de demarcação que separe o que é claro, o que se pode abranger com o olhar, daquilo que é obscuro e fora de alcance, depende da faculdade de esquecer no momento preciso bem como, quando isso for necessário, de lembrar-se no momento preciso, depende do instinto vigoroso que se põe para sentir se e quando é necessário ver as coisas do ponto de vista histórico, se e quando é necessário ver as coisas do ponto de vista não histórico (NIETZSCHE, 2008, p. 23).

Alguém poderá argumentar que o debate que se segue se desviou da história para adentrar ao campo da filosofia. No entanto, o debate sobre a consciência não surge na própria filosofia?

Tentativas de organizar os usos ou leituras do passado são realizadas desde o século XIX. Por exemplo, Rüsen (2006) menciona as proposições de Nietzsche sobre os três modos de lidar com o passado: monumental, antiquarista e representação crítica⁹. As proposições de Rüsen (2007) sobre a narrativa tradicional de sentido é muito semelhante da história antiquada proposta por Nietzsche, na qual se ama e venera o passado em detalhes, representa a função cosmética da história, legitimadora da tradição; o topo de narrativa exemplar assemelha-se ao de monumental, ao fornecer modelos para a ação; e a narrativa crítica tem em ambos a mesma nomenclatura, e busca

⁹No mesmo artigo, Rüsen também expõe as nomenclaturas das tipologias de Droysen, White, e a dele próprio. Ver Rüsen (2006).

julgar e se libertar do passado, o que levado ao extremo poderia esvaziar os modelos de interpretação e, quando a desconstrução se completa, esse topos perde seu sentido.

Resta a tentativa 'inovadora' de Rösen ao propor a narrativa genética de sentido. No entanto, esta última possui semelhanças com a forma supra-histórica ou a-histórica proposta por Nietzsche:

Com o termo 'não-histórico' designo a arte e a força de poder esquecer e se encerrar num 'horizonte' limitado. Chamo 'supra-históricos' os poderes que desviam o olhar do devir para o que confere à existência o caráter do eterno e do idêntico, para a arte e a religião (NIETZSCHE, 2008, p. 121, grifos do autor).

Por mais ambíguo que pareça ser o pensamento nietzschiano, com algumas proposições 'politicamente incorretas' para os tempos atuais, esse autor não parece desejar que suas palavras sejam simplesmente copiadas e tomadas como verdades estáticas. Nietzsche provoca-nos à reflexão sobre o que deve ser preservado e estimulado, pelos estudos históricos desde que esses sirvam e potencializem a vida. Ele não propõe exatamente o que deve ser preservado, mas estimula a pensar não só a permanência, como também a mudança, pois, se ele sonhava com outra sociedade, tampouco desejava a 'anarquia'. Nietzsche, preocupado com a educação da juventude, prossegue sobre seu quarto tipo de narrativa histórica (supra-histórica):

[...] o caminho de sua cura, de sua libertação da doença histórica e, com isso, contar sua própria história até o momento em que estarão novamente gozando de boa saúde para poder recomeçar a fazer a história, para se servir do passado com este tríplice ponto de vista: do ponto de vista monumental, antiquado e crítico (NIETZSCHE, 2008, p. 123).

A forma de narrativa histórica supra-histórica possui homologia com a palavra meta-história. Ambas desejam desapegar-se do puro empírico para potencializar a explicação/compreensão histórica. A forma supra-histórica é a dosagem, cuja medida Nietzsche não fornece, das formas monumental, antiquada e crítica e, ao que pese a racionalidade röseniana e a irracionalidade nietzschiana, ambas possuem semelhanças quanto ao sentido dos tipos de narrativas históricas que os autores formalizaram.

Muitos leitores consideram Nietzsche um filósofo anti-historicista, mas de modo algum ele despreza os ensinamentos da história, e tampouco poderia, já que seus pensamentos emergem justamente de uma leitura de fenômenos sobre o passado. White se alinha ao pensamento nietzschiano e faz duros ataques à história,

ancorando-se no campo da arte: "[...] grande parte da ficção moderna gira em torno da tentativa de libertar o homem ocidental da tirania da consciência histórica" (WHITE, 2001, p. 52).

Consideradas essas observações acima, verifica-se a existência de certa linha que articula algumas ideias dos autores referidos, especialmente quando eles colocam em cena o debate acerca da relevância do conhecimento do passado. Contudo, essa relevância não se encontra no núcleo de um fenômeno isolado e denominado de histórico, mas resulta de decisões imersas a partir da ação de indivíduos ou de grupos sociais. Se Nietzsche provoca e incomoda desde o seu paradigmático século XIX, é porque seu pensamento não se pretende absoluto e certo, ao contrário, ele sugere a prática da dúvida enquanto procedimento ferramental de grande valia, inclusive sobre sua própria concepção de história.

À guisa de conclusão... instrumentalizar a história: o ensino institucional

Encontramo-nos em um momento de poucas certezas no ensino de História no Brasil. De uma incipiente epistemologia do ensino de História, nítidas estão as preocupações com as três dimensões temporais: passado, presente e futuro. As preocupações com o futuro partem do próprio presente das instituições de ensino: formar o cidadão. A partir desse ponto, a natureza do debate remete-se à cultura política.

Em nossa perspectiva, a palavra consciência, utilizada junto às palavras realidade e verdade, pode favorecer a entendimentos ideológicos tomados como 'corretos' e sem margem de negociação. Escolher entre pertencer à ciência ou à ficção, entre a racionalidade e a irracionalidade, pode empobrecer ou criar demasiadas ilusões para o ensino e severos fardos ao professor. A seguinte frase de White serve também para o ensino de História:

[...] do mesmo modo, se reconhecêssemos o elemento literário ou fictício de todo relato histórico, seríamos capazes de conduzir o ensino da historiografia a um nível de autoconsciência mais elevado do que o que ela ocupa nos nossos dias (WHITE, 2001, p. 116).

Rösen busca tornar um debate acadêmico complexo, em uma forma didática. Será que esse esforço, o de didatizar/instrumentalizar a teoria, nos serve de indício de percepção sobre a rápida adesão de muitos acadêmicos às proposições desse autor?¹⁰ Por outro lado, a didatização pode trazer problemas,

¹⁰Também é possível discutir a adesão à consciência histórica a partir do local institucional dos consumidores da consciência histórica.

pois, os esforços de Rüsen em propor diversas definições para um mesmo conceito retiraria certo caráter didático do próprio discurso nas tentativas de fechamento da discussão, como se o conceito estivesse resolvido ou, quando muito, passível de escolhas entre os argumentos sobre a consciência histórica de Hans-Georg Gadamer e Phillipe Ariès ou Agnes Heller e Jörn Rüsen¹¹.

Ao refletirmos sobre a área de ensino de História, um dos tópicos mais destacáveis, por parte do professor, é a perseguição a algum modelo suficiente em sua eficácia. Em geral, ainda preso ao entendimento de que a história pode e deve contribuir para alterar algum quadro social, político ou cultural, o docente em sua ação não pode dispensar da crença no poder de mudança com o concurso da (cons)ciência do passado. De forma direta ou indireta, a crise estabelecida no mundo escolar contemporâneo provoca mal-estares entre os docentes, inclusive entre os de história, induzindo a perseguição de estratégias que alterem esse quadro. O recurso a uma história organizadora e ‘civilizadora’ se apresenta, então, como uma promessa ou como panaceia; restaria, assim, o esforço de construir estratégias que permitam ao estudante o entendimento de que o saber do passado é algo relevante. Para tanto, o ensino da história carece estabelecer suas próprias estratégias em busca de se efetivar.

O sucesso do conceito/categoria consciência histórica na área do ensino de História parece se justificar por meio da atração de suas promessas de instrumentalizar o passado e a legitimidade de uma prática profissional, em uma área que pouco consegue esconder sua carência existencial, periodicamente manifestada, e que nos tempos atuais tem seu papel social questionado. Afinal, depois da sofisticação dos debates teóricos e metodológicos experimentados pelo campo, por contraste, verificamos os limites da recepção que o conteúdo deste campo encontra na sua jornada cotidiana. Trata-se também de uma crise identitária, uma vez que não se logra sucesso em demonstrar a pertinência ou a ‘conveniência’ do saber histórico na contemporaneidade. De forma constrangedora, somos levados a repor a antiga questão: ‘para que serve a história?’ A antiga resposta, ‘para aprender com o passado’, parece esmaecida, porque o aprofundamento e a sofisticação que o campo histórico promoveu desde o século XIX transformaram o conhecimento histórico em artefato cultural sofisticado e, paradoxalmente, pouco atrativo aos não iniciados.

No que tange ao ensino de História, observamos na própria historiografia elementos orientadores aos

processos de se ensinar história. A historiografia atual aponta a linguagem como o ponto de partida e o ponto de chegada do historiador; de tal modo, isso poderia ser tomado como exemplo para o ensino. Ainda cremos que o conhecimento científico pode estimular a capacidade de negociação e libertação dos sujeitos, na medida em que se estimula a visualização de novos horizontes e limites. A competência da narrativa possibilita ao aluno se empoderar nas/pelas formas de linguagem, para contribuir sobre os modos de discernimento das formas de constrangimento que lhe submetem.

Contudo, não observamos ser da alçada do professor o controle das habilidades elencadas em seus alunos, tendo em vista que o mestre não tem o controle do seu ‘discípulo’. Por fim, não defendemos qualquer tipo de fidelidade teórica. Tanto a categoria de representação como a de consciência histórica ornamenta a realidade observada. Caberá, ao observador, manipular os conceitos para se aproximar da melhor maneira possível de seu objeto. Do contrário, corre-se um risco maior: o da realidade ser limitada ao alcance teórico proporcionado pelas categorias de pensamento pré-selecionadas, comprometendo a reflexão e a capacidade demiúrgica do escritor e do consumidor do conhecimento histórico.

A inapetência estudantil – e escolar – em relação ao conteúdo da história não resulta exclusivamente da falência do ato docente, mas parece estar vinculada a novas posturas sociais em relação ao presente, provocando uma perspectiva contemporânea difusa e descentrada em relação ao conhecimento enquanto fenômeno cultural, o qual deixa de ser dotado de valor simbólico. Em outras palavras, o conhecimento, inclusive o histórico, é apropriado a partir de outros desejos e estímulos, em detrimento das expectativas em favor da erudição. A erudição está em depreciação. Não se trata, portanto, unicamente da busca ou da construção de ‘didáticas’ de ensino, as quais se prestarão a oferecer o antídoto para a ‘crise do ensino da história’, mas analisar e compreender a contemporaneidade na sua própria dinâmica.

Referências

- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- CERRI, L. F. Os conceitos de consciência histórica e os desafios da didática da história. **Revista de História Regional**, v. 6, n. 2, p. 93-112, 2001.
- CERRI, L. F. Didática da História: uma leitura teórica sobre a História na prática. **Revista de História Regional**, v. 15, n. 2, p. 264-278, 2010.

¹¹As referências aos intelectuais Gadamer, Ariès e Heller estão em Cerri (2001).

- CERTEAU, M. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHARTIER, R. Apêndice: Aula inaugural do *Collège de France*. In: ROCHA, J. C. C. (Org.). **Roger Chartier – A força das representações**: história e ficção. Chapecó: Argos, 2011a. p. 249-285.
- CHARTIER, R. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras: Revista de História**, v. 13, n. 24, p. 15-29, 2011b.
- FERNANDES, F.; LEITE, E. E as musas se riem: problemas sobre a metafictionalização da História. In: TETTAMANZY, A. L.; ZALLA, J.; D'AEJELLO, L. F. T. (Org.). **Sobre as poéticas do dizer**: pesquisas e reflexões em oralidade. São Paulo: Letra e Voz, 2010. p. 164-181.
- HOUAISS, A.; SALLES, V. M.; FRANCO, F. M. M. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.
- LOPES, R. A. **Elementos da retórica em Nietzsche**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- NIETZSCHE, F. W. **Da utilidade e do inconveniente da história para a vida**. Tradução de Antônio Carlos Braga e Ciro Mioranza. São Paulo: Escala, 2008. [1874]
- OLIVEIRA, S. M. Os sufixos nominalizadores -ção e -mento. **Estudos Linguísticos XXXVI**, janeiro-abril, p. 87-96, 2007. Disponível em: <<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-studos2007/sistema06/09.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2012.
- RICOEUR, P. **A crise da consciência histórica e a Europa**. Tradução de Calos Tadeu C. De Oliveira. Lisboa, 1994. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ln/n33/a07n33.pdf>. Acesso em: 2 de jul. 2012.
- RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François. Campinas: Unicamp, 2007.
- RÜSEN, J. **Como dar sentido ao passado**: questões relevantes de meta-história. História da historiografia. Tradução de Valdeci Araújo e Pedro S. P. Caldas. Ouro Preto. n. 2, março de 2009. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/rhh/index.php/revista/article/download/12/12>>. Acesso em: 11 jun. 2012.
- RÜSEN, J. Didática da história: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. In: SCHMIDT, M. A. BARCA, I.; MARTINS, E. R. (Org.). **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: UFPR, 2010, p. 23-40.
- RÜSEN, J. O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica: hipóteses ontogenética relativa à consciência moral. In: SCHMIDT, M. A. BARCA, I.; MARTINS, E. R. (Org.). **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: UFPR, 2010, p. 51-77.
- RÜSEN, J. **História viva**: teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico. Tradução de Estevão Rezende Martins. Brasília: EdUnB, 2007.
- RÜSEN, J. Historiografia comparativa intercultural. In: MALERBA, J. (Org.). **A história escrita**: história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006. p. 115-137.
- RÜSEN, J. **Razão histórica**: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão Rezende Martins. Brasília: EdUnB, 2001.
- VEYNE, P. **Como se escreve a história**. Tradução de Antônio José da Silva Moreira. Lisboa: Edições 70, 2008.
- VEYNE, P. **Foucault**: seu pensamento, sua pessoa. Tradução de Marcelo Jacques Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- WHITE, H. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

Received on July 22, 2013.

Accepted on September 27, 2013.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.